



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Anais, Volume XVII, n. 7, set. 2023
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

Eixo 7

Educação, Corpo e Gênero

O poder sobre o corpo feminino: a mulher do campo e os papéis de gênero (1970-1990)

Power over the female body: rural women and gender roles (1970-1990)

DIANA SILVA

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2023.17.07.01>

Recebido em: 29/08/2023

Aprovado em: 15/09/2023

Editores responsáveis:

Veleida Anahi Capua da Silva Charlot e Bernard Charlot



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



O poder sobre o corpo feminino: a mulher do campo e os papéis de gênero (1970-1990)

Power over the female body: rural women and gender roles (1970-1990)

RESUMO

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer uma breve análise do poder que a cultura tem perante o corpo feminino, sendo esse o corpo de mulheres do campo. A construção do sujeito do gênero masculino e feminino passa por diferentes normas sociais, desde o espaço familiar ao religioso e social. Buscou-se ao longo desse texto entender o conceito de cultura, analisado por Eagleton. Buscou-se entender o sujeito nordestino analisado por Durval M. de Albuquerque J. e de que forma o currículo pode ser pensado que melhor trabalhar costumes e crenças que alimentam ciclos de violências e papéis estipulados a homens e mulheres do campo. Mediante os teóricos analisados e suas percepções, podemos dizer que as práticas culturais têm influências na construção da sociedade, bem como na construção da mulher do campo. No que diz respeito ao forte enraizamento do machismo, patriarcado, e os vários tipos de violência ao gênero feminino, o que acaba por impossibilitar a mulher de gozar de sua liberdade, do seu direito de fala, de ser digna de respeito, de ser julgada por suas escolhas, suas falhas e não pelo simples fato de ser mulher.

Palavras-chave: As mulheres do campo. Currículo. Gênero .

ABSTRACT

Abstract: This article aims to bring a brief analysis of the power that culture has over the female body, which is the body of rural women. The construction of the male and female subject goes through different social norms, from the family to the religious and social space. Throughout this text, we sought to understand the concept of culture, as analyzed by Eagleton. We sought to understand the northeastern subject analyzed by Durval M. de Albuquerque J. and how the curriculum can be thought of as better working customs and beliefs that feed cycles of violence and roles stipulated to men and women in the countryside. Through the analyzed theorists and their perceptions, we can say that cultural practices have influences in the construction of society, as well as in the construction of the fieldwork. With regard to the strong rooting of machismo, patriarchy, and the various types of violence against the female gender, which ends up making it impossible for women to enjoy their freedom, their right to speak, to be worthy of respect, to be judged for her choices, her faults and not for the simple fact of being a woman.

Keywords: The women of the field. Curriculum. Gender.

INTRODUÇÃO



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



INTRODUÇÃO

As tarefas que fazem com que a desigualdade de gênero se perpetue encontram-se enraizadas nas famílias, em crenças religiosas e nas regras sociais com práticas que normalizam a violência e perpetuam ciclos viciosos de convivência. De maneira quase que despercebida, os pais e as pessoas que nossas crianças convivem mediadas pelos costumes que lhes foi passado. Acabam por ensinar conceitos machistas, preconceituosos, homofóbicos e estereótipos que os colocam em grupos aos quais, segundo eles, cada um tem uma tarefa diferente. Tais atitudes aumentam as opressões às mulheres e, conseqüentemente, também aos homens, esquecendo-se que nem toda mulher/homem terá as mesmas características referente ao sexo (BOURDIEU, 2020).

O Sertão Nordestino tem a cultura de tratar mulheres de “mulher macho” quando elas se submetem a exercer pesadas tarefas ditas como masculinas (ALBUQUERQUE, 2013). As mulheres do campo têm tarefas e posicionamentos tidos como fortes, mas que põe sobre elas altas tarefas desde a lida do campo, a responsabilidade com os filhos, os cuidados com a casa e ainda ser uma boa esposa. Se historiciza uma relação de poder imposta ao corpo feminino do campo que prende mulheres a uma única vida com diferentes atribuições, como: a de ser mães, esposa, agricultora, doméstica, dentre outras funções a elas estabelecidas.

No caso da História, sendo ela uma ciência que busca pesquisar o passado para compreender o tempo presente – um tempo presente afetado cotidianamente por casos de feminicídio, violência doméstica, homofobia etc. -, visando uma construção de uma sociedade melhor (LOURO, 1997). É apresentado um ambiente seguido pelos costumes, por regras que acaba por dá mais poder ao gênero masculino. Práticas que ainda influencia os sujeitos do presente, que, conforme a base socioeconômica, política e cultural que são inseridos aos sujeitos da sociedade, e, principalmente as mulheres. Uma vez que ela é posta em comparação a natureza (reprodução) e o homem a cultura (o ser que molda a natureza) é definido papéis diferentes a cada um dos gêneros (CIXOUS, 1975).

DESENVOLVIMENTO



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



A metodologia da história tradicional trás consigo dados que mostra uma narrativa posta ao gênero masculino e um discurso hierárquico, o homem estando no centro. Dados esses, são coletados mediante o contexto social em que estava inserido, tanto o homem, quanto a mulher. O homem como provedor, o responsável de comandar a família, colocando assim, a mulher em condição de submissa. A submissão aos maridos às impedem de procurar empregos, e quando têm empregos o dinheiro fica sob a responsabilidade dos companheiros, tendo o fator da diferença salarial. Prática economia que torna a mulher como produto econômico das injustiças do sistema como é salientado por Margareth Rago, sobre:

As péssimas condições de trabalho, os salários inferiores aos dos homens, o assédio sexual, as inúmeras formas da violência machista foram temas que ocuparam as páginas das obras que se dedicaram à mulher trabalhadora e que acabaram por identificá-la como produto das determinações econômicas e sociais, vítima das injunções do sistema, dando pouco destaque à sua dimensão de sujeito histórico, consciente e atuante (RAGO, 1995, p. 82).

O contexto da vida social das mulheres do campo se diferencia da vida da mulher da zona urbana. Enquanto situações precárias de empregos e salários desiguais das mulheres da zona urbana, as mulheres do campo têm suas vidas regadas e dependentes dos homens. Por ser uma área em que a probabilidade de empregos é baixíssima. As mulheres ficam dependentes economicamente dos parceiros, ficando pressas a relações violentas, como violências psicológicas, físicas, patrimonial, apenas por não terem condições financeiras de se livrar e por ter uma vivencia histórica social exposta pelas entidades religiosas de que o “matrimonio não deve ser manchado” (FEDERICI, 2017). Logo, tais relações são mantidas por uma pressão social e familiar.

A dependência financeira as deixa a mercê da violência e dos maus tratos dos parceiros, mas tal violência contra as mulheres se encontra presente em todos os setores. No entanto, as violências se originam de papéis estipulados por instituições religiosas, culturais e sociais de que as mulheres devem permanecer ao lado dos seus cônjuges para não manchar o matrimônio, assim sendo, relações vistas por a cultura como normais. Mas que só alimentam um ciclo vicioso de violências, de desrespeitos, de uma tripla jornada de trabalho mal remunerado e condições financeiras distintas das dos homens.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Um ciclo de violência que coloca as mulheres do campo submissas aos pais, enquanto filhas. Quando casam ficam submissas aos maridos. Tal ambiente proporciona um enraizado de culturas e ideologias de poder ao gênero masculino propiciando uma submissão do gênero feminino ao gênero masculino. Os padrões culturais e ideológicos de cada época contribuíram para que a formação/construção de uma mulher, sensível, amorosa, que tinha por finalidade cuidar da casa, dos filhos e do marido, a então matriarca do lar. A cultura, em um de seus muitos conceitos, engloba esse fazer e desfazer de funções e papéis. Assim, como diz Eagleton:

Se a palavra «cultura» descreve uma decisiva transição histórica, ela também codifica várias questões filosóficas fundamentais. Num único termo, os contornos de questões como liberdade e determinismo, actividade e resistência, mudança e identidade, o que é dado e o que é criado, surgem difusamente. Se cultura significa a procura activa de crescimento natural, a palavra sugere, então, uma dialéctica entre o artificial e o natural, aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz (EAGLETON, 2000, p. 12).

A cultura, por vezes, modifica, ou podemos dizer, cria papéis, ou dá forma á rituais cabíveis ao homem e a mulher. Seria errôneo dizer que a cultura não teve sua participação nos diversos estereótipos que rodeiam a maneira como a mulher deve ser e se comportar perante a sociedade e ao homem? Somos o que somos, devido à cultura, as matrizes ideológicas que nos cercam, nosso modo de agir e se comportar estão relacionados ao que nos foi passado mediante a cultura dos que conosco convivem, que passa agora a ser também nosso legado de transmissão, sendo por vezes submetidos a modificações, ou as mesmices. Ao problematizar as práticas culturais e suas diversidades, Thompson e Spivak problematizam sobre duas práticas ligadas a cultura.

Thompson em sua obra “Costumes em Comum” (1998) problematiza sobre “A venda das esposas”. Uma prática cultural, ou seja, um costume um tanto equivocado, ocorrido conforme relatado, em meados de 1815 a 1839, mas tido como normal para a época. Como exemplifica Thompson, a venda das esposas estava fundamentada no fim do relacionamento do casal mediante uma traição por parte da mulher, fazia-se tipo um acordo, onde, quem comprava a mulher era seu próprio amante. Ato esse, que tinha que ser concretizado através de exposição em praça pública.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Já Spvak na obra “Pode o subalterno falar?” (1942) problematiza sobre o suicídio das viúvas citados na Antiguidade hindu. Onde, após a morte do marido a viúva cometia suicídio. Conforme a análise que Spivak faz ao Dhamastran (escritura sagrada), que segundo ela trás dois momentos: o discurso sobre os suicídios sancionados e a natureza dos rituais para os mortos. Tinham-se os suicídios legais e os ilegais. Como problematiza Spivak: “A doutrina geral das escrituras afirma que o suicídio é repreensível. Abre-se espaço, entretanto, para certas formas de suicídio que, como *performances* formulistas, perdem a identidade fenomenal de ser suicídio” (SPIVAK, 1942, p. 99).

No Brasil, a história dos casamentos arranjados se dá com o processo de colonização, em que mulheres órfãs eram trazidas para se unirem aos colonos. Tais relações e povoamento de terras brasileiras foram constituídos através de estupros de mulheres brancas, escravas, camponesas e indígenas. O Brasil é furto não somente de uma invasão as terras indígenas e dos recursos naturais dele exportados, mas de abusos e estupros para com o corpo feminino, visto apenas como um objeto sexual para ser usado conforme a vontade dos brancos.

A cultura de tratar as mulheres como meros objetos sexuais, de certo modo se correlaciona com ideia posta na cabeça dos homens de que a mulher é um objeto para o seu bel prazer. Entende-se que essa ideia ainda se perpetua nos dia de hoje. Muitas meninas, falamos meninas, pois grande parte delas sai da escola ainda adolescente ou pré-adolescente porque casaram ou apenas se juntou devido o nascimento de uma criança, quase sempre, vindo de um relacionamento precoce. Que contribui de certa forma para a desistência escolar, às vezes por vontade da própria mulher, mas que sempre é por conta do parceiro que não permite que ela retome os estudos.

O espaço escolar é um ambiente que agrega uma diversidade de sujeitos. Tendo em seu interior alunos e alunas que vivem a realidade do campo e as atribuições de regras ao corpo feminino e masculino que para eles passam despercebidas. Logo, o currículo escolar tende a ser pensado nos sujeitos que os frequentam. Analisando e contextualizando a história local, regional e o cotidiano apresentado por alunos e alunas. O currículo também não seria pensado apenas nos educandos, mas nos sujeitos que iriam ser responsáveis por transmitir e receber conhecimento.

O currículo é como uma linguagem, pois como salienta Corazza, essa linguagem é “uma prática social, discursiva e não-discursiva, que se corporifica em instituições, saberes, normas, prescrições morais, regulamentos, programas, relações, valores, modos de ser sujeito” (CORAZZA, 2001, p. 10). Deste modo, interligar o cotidiano de alunos e alunas as práticas docentes do currículo escolar faz com que os sujeitos compreendam melhor as estruturas familiares, religiosas e sociais.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Entender o porquê de meninos e meninas desistirem da escola sem antes mesmo terminar os estudos. Saída que tem como objetivo ajudar nas necessidades e gastos de casa, o que acaba contribuindo na desistência da escola em pró de ir embora para outras regiões a procura de melhores condições de vida, se tratando dos homens. Já as mulheres, ou acompanha os companheiros ou fica como responsável da casa. Pois quando as mulheres decidem agir diferente do que o foi estipulado para ela acaba por ser julgada pelos homens e pelas próprias mulheres, quando não são violentadas por não quererem prosseguir com o relacionamento são vítimas de abusos sexuais. Que não se caracterizam apenas em mulheres adultos, mas que é cometido contra crianças e adolescentes. Atos que enraizados na cultura machista, a cultura de posse sobre o corpo feminino. Desse modo, conforme salienta Eagleton sobre as facetas da cultura em que:

As verdades culturais — seja na arte superior ou nas tradições de um povo — são por vezes sagradas, devendo ser protegidas e veneradas. A cultura herda, assim, o imponente manto da autoridade religiosa, mantendo, porém, incômodas afinidades com a ocupação e a invasão; e é entre estes dois pólos, positivo e negativo, que o conceito se ergue actualmente. Trata-se de uma das raras ideias que têm sido tão integrantes para a esquerda política quanto vitais para a direita política, e a sua história social é, conseqüentemente, excepcionalmente intrincada e ambivalente(EAGLETON, 2000, p. 12).

Sobre essas circunstâncias históricas às quais a sociedade foi, e vem sendo submetida, conforme as bases culturais e ideológicas. A construção do sujeito (homem/mulher) propicia um ambiente extremamente machista e autoritário, tornando o espaço de representatividade da mulher ainda inacabado, um espaço representativo que ainda é omissivo e opressor, podemos dizer que chega a ser um faz de conta. São ensinadas as mulheres desde pequenas os afazeres domésticos, a cuidar dos irmãos mais novos, pois é seguido um ciclo de crescer, observar, por e por em prática.

As mulheres do campo têm suas vidas atreladas ao papel de ser boa esposa e mãe, e não podemos esquecer que entre essas funções está a função de ser agricultora. Apesar das tarefas de casa, que não tendem a ser enxergadas pelos homens como tarefas exaustantes, uma vez que é ensinado a eles a lidar com o que se está lá fora. O ambiente doméstico é tratado pela cultura como um ambiente feminino. Logo, quando homens passam a fazer atividades vistas pelos sujeitos que estão ao seu redor, de tarefas femininas eles são chamados de “menininhas”, “mulherzinhas”, “agora fulano virou a mulher da casa”. Tipos de comentários como esses são presentes no sertão nordestino.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Papeis que quando são trocados por os sujeitos julgarem sem necessidade, por entenderem que as tarefas do lar são de responsabilidade ambos, nem sempre se reflete no meio social como algo positivo, mas como algo espantoso, suspeito. Essa cultura de desenhar papeis, se torna mais importante do que incentivar meninas e meninos a frequentarem o espaço escolar, a buscar entender que os papeis não podem por limites aos sonhos e desejos de meninos e meninas. Pois, as tarefas domésticas precisam ser ensinadas tanto as meninas quanto aos meninos, ambos vão crescer e precisar ter suas responsabilidades, sem que aja a dependência de um sujeito do gênero oposto.

Os estudos de gênero nos fazem compreender que os papeis de gênero assim como problematiza Scott (1995) é uma construção social e cultural do gênero feminino e masculino que precisam ser aos poucos trabalhadas e remodeladas, entende-se que ambos os corpos tem características diferentes, forças diferentes, dentre outras coisas, no entanto, os corpos ditos como femininos e masculinos tem vontades, desejos, sonhos, ambições, dentre outros, que precisam ser vistos e tratados com igualdade, sem visar de onde vem determinado comportamento ou fala. É por essas e outras questões que a história vem sendo reescrita. O avanço do movimento feminista em meados de 1960 contribui para uma problematização do gênero mais posta a quebras dos papeis sociais e culturalmente criados para o corpo feminino e masculino.

O gênero é pensado como construções culturais e sociais atrelados a ambos os sujeitos, homes e mulheres que os distanciam entre si e os fazem diferentes, sendo que práticas a eles estabelecidas podem ser seguidas por ambos os sujeitos, mas a relação imposta pelos papeis de gênero faz com que tais práticas sejam vistas como erradas e contraditórias quando realizadas por sujeitos que já tem seus papéis definidos. Os papeis atribuídos aos dois sujeitos e a desigualdade que atrela a eles vão além das diferenças biológicas. Conforme Dias:

O gênero é um dos fatores medulares na construção de desigualdades. Para além das diferenças biológicas, foram estruturadas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres, dentro das quais se estabelecem hierarquias de poder, de status e de renda. Finalmente, os atributos individuais constroem-se socialmente como resultado de processos históricos. (DIAS, 2007, p. 128)

A sociedade ainda tem esses requisitos passados que, como diz Spivak “Pode o subalterno falar?”, ou seja, pode a mulher falar? Pode ela ter o mesmo alcance de fala que o homem tem? Pode ela, falando em poder, ser o sujeito que detém o poder? As estruturas culturais e ideológicas que rodeiam o local social no qual somos inseridos (as) na sociedade ainda causam diferenças, e dita papeis cabíveis a homens e mulheres. Como problematiza Del Priore (2021), que:



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Por não possuírem razão, as mulheres seriam dotadas de paixões desenfreadas; paixões, tal como a razão, sem limites. Daí a educação moral que, de Fénelon a Rousseau, alimentará o discurso sobre as mulheres; uma educação moral que, segundo estes autores, as afastaria do acesso ao saber e do exercício de sua razão. Educação que imporá um limite à vontade, sem freios, da criatura insatisfeita que era a mulher (DEL PRIORE, 2001, p.219).

Com relação a esse contexto no qual as mulheres estão inseridas na sociedade vale citar a forma como a sua imagem se encontra representada na política, onde podemos mencionar um dos inícios dessas lutas conhecidas como “o movimento operário” bem mencionado nas obras de Michelle Perrot e também temos “as sufragistas” pelo direito ao voto. Esses movimentos têm suas origens entre os séculos XVIII, XIX e se prolonga até os dias de hoje, que possibilitaram não só o direito ao voto, mas a representação no cenário político. Essa luta pelo espaço no ambiente político, que hoje é algo garantido por lei, ainda vem sofrendo modificações na forma como essas leis vêm sendo aplicadas, visto que se tem uma parcela de representatividade crescente nos últimos anos, mas que não deixa de ter atropelos pela recusa dos homens de ter mulheres nesse contexto.

É sabido que, no quesito “política” essa palavra demanda autoridade e poder, e falando em gênero, ela seria aplicada ao masculino, conforme analisamos, sendo o poder, por ordem, destinado ao homem. Com isso, ao adentrarmos no âmbito político, não somos respeitadas, pois, em primeiro lugar, somos mulheres e também porque somos consideradas frágeis, por ter como dever apenas o lar e os filhos. É assim que muitas vezes somos vistas, como uma espécie destinada apenas a reprodução e a um objeto sexual para saciar os desejos dos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÃO



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



Portanto, seria a construção de uma sociedade mediata por sua diversidade cultural e ideológica que estava voltada a definir essa barreira do gênero feminino e do gênero masculino? Seria essa a vertente que proporcionou esse ambiente hostil de ambos os sexos? A raiz desses problemas podemos assim dizer que se encontra no berço da sociedade, ou seja, no seu início, no seu processo de construção. Narramos ou escrevemos o que nos é passado, vivenciado ao longo dos anos, o que nos foi ensinado conforme o lugar ao qual nos encontramos, sejam elas escritas, ou em gestos, ou a forma como nos articulamos com os outros sujeitos. A cultura se encontra bem empregada nessa construção, assim, cremos que seja o mais cabível a se dizer.

Só sabemos que este silenciamento, essa ausência de respeito que a história nos apresenta, conforme o lugar social em que se encontra representado tanto o homem, quanto a mulher. Deixando a mulher do campo com triplas jornadas, gerando uma sobrecarga que só tende a adoecê-la fisicamente e psicologicamente (HIRATA, 2014). Tendo os costumes e ideologias de poder presentes, no que diz respeito à mulher, na forma como vinha e vem sendo posta na construção desse lugar socioeconômico, político e cultural, propiciou a termos uma sociedade extremamente violenta, machista, preconceituosa, cheia de rótulos, etc. que vem ceifando vidas diariamente por consequências dessas divergências ao gênero feminino e masculino, por sempre ter direcionado o poder ao homem, sempre o alimentando dia após dia.

É com base nessas circunstâncias que se encontra a sociedade a qual vivemos hoje, um lugar de medo para o gênero feminino, que apesar de tudo isso ainda tem-se dado mais visibilidade ao homem. Diante disso, salientamos que o melhor espaço em que tais papéis possam ser problematizados e contextualizados conforme as realidades dos sujeitos que frequentam o espaço escolar, nele podem encontrar problemas e inquietações que precisam ser ouvidas e problematizadas.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, J. D. M. *Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2ª edição. São Paulo: Intermeios, 2013.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



CORAZZA, S. **O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação.** Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2001.

Congresso aprova projetos contra a discriminação. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/13/fatima-bezerra-pede-que-congresso-aprove-projetos-contr-a-discriminacao>. Acesso em: 06 Ago. 2021.

CIXOUS, H. O riso da Medusa (1975). In: BRANDÃO, I. (org.). **Tradução da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010).** Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p.129-155.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres: as vozes do silêncio,** 2001.

DIAS, Maria Berenice. **Quinze segundos, conversando sobre Justiça e os crimes contra a mulher.** 2002. Disponível em <http://www.pagu.org.br> acessado em 25 de agosto de 2023.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura.** Lisboa, 2000.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação.** São Paulo: Elefante, 2017.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Participação da mulher na vida política. Disponível em:
<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/participacao-mulher-na-vida-politica.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade,** Porto Alegre, v. 20 n 2, jul.-dez. 1995, p. 71-99.



Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade

www.coloquioeducon.com
27 a 29 de setembro de 2023



SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RAGO, M. **AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**. (org) SILVA, Zélia Lopes. Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIOLÊNCIA na política afasta as mulheres. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/693968-violencia-na-politica-afasta-as-mulheres-diz-especialista/>

. Acesso em: 06 Ago. 2021.